



**FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR QUE ATUA NA MODALIDADE DA  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA NO CAMPO EM ITABUNA-BA**

Lisângela Silva Lima<sup>1</sup>  
Arlete Ramos dos Santos<sup>2</sup>  
Lizandra Silva Lima<sup>3</sup>

**INTRODUÇÃO**

Este texto apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento intitulado: “O Plano de Ações Articulados - PAR e as políticas educacionais em municípios da Bahia<sup>4</sup>”, o qual tem como objetivo, investigar os impactos das políticas educacionais, tendo como foco a dimensão formação continuada do professor da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA no Campo. Entretanto, nesse texto, optamos por descrever os dados evidenciados inicialmente, apenas no município de Itabuna - BA. O município de Itabuna localiza-se no Sul do Estado da Bahia, em uma região denominada Costa do Cacau. Possui uma área total de 432,244 km<sup>2</sup> e está localizada a 426 quilômetros da capital da Bahia e uma população de 204.667 habitantes, conforme contagem populacional de 2010, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A estimativa de 2014 o IBGE prevê uma população de 218.925 habitantes.

A Educação de Jovens e Adultos do Campo no município de Itabuna encontra-se organizada na estrutura de Ciclo de Aprendizagem, tem assim o desafio de promover aprendizagens permanentes, organizando situações educativas adequadas às necessidades do educando. O profissional da educação que atua junto a essa modalidade precisa, por

1 Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Integrante do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação Do Campo, o qual está inserido no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas - CEPECH do Departamento de Ciências da Educação - DCIE da UESC – BA, com registro no CNPQ. Endereço eletrônico: lisangelalivre@hotmail.com

2 Doutora em Educação pela FAE/UFMG com Pós-doutorado pela UNESP. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - BA). Endereço eletrônico: arlerp@hotmail.com

3 Especialista em Educação Infantil pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Integrante do Grupo de Estudos Coletivo Paulo Freire da UESC – BA. Endereço eletrônico: lizandrasl@yahoo.com.br

4 Projeto em andamento intitulado: As políticas públicas educacionais do PAR em municípios da Bahia, financiado pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, com a participação de bolsistas da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia – FAPESB.



sua vez, também utilizar novas tecnologias para enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão, além de desenvolver uma formação contínua durante o processo ensino e aprendizagem.

Em se tratando do suporte legal da EJA, a LDBEN nº 9.394/96 prevê que a Educação de Jovens e Adultos se destina àqueles que não tiveram acesso (ou não deram continuidade) aos estudos do Ensino Fundamental e Médio, conforme demonstrado nos artigos Art. 37, § 1º e §2º. As Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, resolução CNE/CEB nº 01/2000, a definem a como modalidade da Educação Básica.

A educação do campo nasceu das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo, na sua diversidade de povos. Dessas lutas pela educação do campo, até a atualidade, pode-se verificar a existência de uma legislação que versa sobre as conquistas para a educação dos povos do campo que reconhecem e legitimam as lutas levando em consideração as suas especificidades: Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008. Parecer CNE/CEB nº 1/2006; Resolução CNE/CEB nº 4/2010. Dentre essas políticas educacionais sinalizadas obtidas por meio da luta da Educação do Campo são de extrema importância, a exemplo do Decreto 7.352/2010, assinado pelo governo Lula, o qual elevou a Educação do Campo à condição de política de Estado.

Na tentativa de estabelecer o regime de colaboração entre os entes federados no Brasil em matéria educacional é que o governo federal construiu e lançou o Plano de Ações Articuladas (PAR) (BRASIL, 2007). O PAR nasceu do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PMCTE). O mesmo, formulado pelos Estados e municípios e tem a duração de quatro anos, reúne ações e metas necessárias à melhoria da qualidade da educação nestes locais. Segundo o MEC, trata-se de um planejamento multidimensional e é coordenado pelas secretarias municipais de educação, mas deve ser elaborado conjuntamente entre gestores, professores e comunidade local.

A Secretaria de Educação - SEC possui uma política de formação continuada específica que busca atender a todos os professores dos diversos segmentos e modalidades da rede municipal, abrangendo temáticas pertinentes à prática educativo-pedagógica. Sendo assim, não se percebe que a SEC defende uma política especificada para o professor que atua no campo e não estabelece parceria para tal ação, junto ao PAR.

## **METODOLOGIA**



A metodologia da nossa pesquisa consistiu das análises dos instrumentos de coleta de dados utilizados, como aplicação dos questionários e entrevistas. Sendo apenas analisadas no momento atual as entrevistas, pois, os questionários estão em processo de tabulação dos dados. O método utilizado durante esse trabalho foi o materialismo histórico dialético.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

A entrevista foi construída de forma semiestruturada, consentindo assim, que o pesquisador realizasse alterações ou ajustamentos. Os nomes dos sujeitos e das instituições de ensino utilizados no texto são fictícios, a fim de preservar a identidade dos mesmos. Segundo Lüdke e André (2013, p.39), a grande vantagem dessa técnica é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

Sendo assim, entrevistamos o coordenador municipal da Educação do Campo o professor João José Souza, no qual, perguntamos se SEC possui uma proposta de formação continuada específica embasada nos princípios da Educação do Campo.

Existia um grupo de formadores para os professores do Campo, com parceria Escola Ativa, onde os dois supervisores junto com as coordenadoras do campo realizavam a formação dos micros centros, que era a formação específica dentro da temática da Escola Ativa, mensalmente. Na gestão 2013-2016, construiu um grupo de formadores da rede, pensando em desenvolver uma política de formação para os professores do campo. Esse grupo de formadores foi substituído e nós fizemos esse momento com os professores. Posteriormente foi indicado um professor para dar continuidade aos trabalhos de formação estudando as Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as escolas do Campo (...). No primeiro momento foi direcionada para os coordenadores, que multiplicariam com os professores.

Diante das colocações do coordenador municipal da Educação do Campo percebe-se que o município não proporciona a concretização de uma educação do campo eficaz visto que, a proposta político-pedagógica não atende aos princípios da referida modalidade de ensino, que mesmo a coordenação tendo o cuidado de oferecer uma política de formação continuada para o professor verifica-se pouco interesse e envolvimento dos presentes em



abraçar e defender a educação do campo no município.

Entrevistamos a coordenadora pedagógica de quatro escolas do campo que compõe o núcleo (V), Anna Laura Brilho – Itabuna – BA e perguntamos como é realizada a formação continuada dos professores que atuam na EJA do Campo.

Na gestão passada, nós tínhamos o núcleo do campo que todas as formações eram voltadas para o campo, especificamente. Nós elencávamos as necessidades que eram urgentes e a gente fazia seminários, trocas de experiências, fazíamos mostras de trabalhos, visitas, mas era coisa bem nossa mesmo. E na mudança de gestão o foco mudou, não tem um olhar específico para ofertar uma educação no campo da forma que precisa ser, defendendo o sujeito que lá se encontra e hoje em dia, nós é que insistimos.

Diante do apresentado pela coordenadora pedagógica é possível reafirmar que o município de Itabuna - BA, no que trata da formação continuada para os professores que atuam na EJA em escolas que ficam localizadas no campo não oferece uma proposta de formação que atenda as especificidades da referida modalidade de educação de jovens e adultos no campo, chegando a negar os princípios educativos levando em pertinência o espaço geográfico e o público camponês.

Vale salientar que mediante as entrevistas realizadas com os profissionais que atuam na Educação do Campo no município de Itabuna-Bahia, foi compartilhado por todos que apesar de o município ter feito a adesão ao PAR, e que apresenta em uma das suas dimensões a formação de professor, os mesmos, não tem conhecimento e nunca tiveram acesso aos documentos que referenda o mesmo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado permitiu compreender os retrocessos e as dificuldades na implementação do Plano de Ações Articuladas, no que se refere à Política de Formação de Professor da Educação de Jovens e Adultos no/do Campo.

Investir na formação do professor da EJA do/no Campo consiste em dar-lhe subsídios e condições de questionar as suas funções nesta modalidade de ensino enquanto articulador do trabalho pedagógico. Sendo assim, de grande valia que o processo de formação continuada não se constitua apenas como um momento de aperfeiçoamento da prática pedagógica, mas um processo de formação crítica e reflexiva, elevando ao



autoconhecimento intelectual, emocional, pessoal e organizacional do sujeito.

Para Nóvoa (1995, p.119),

a formação permanente deve constituir-se a partir de uma rede de comunicação, que não se deve reduzir ao âmbito dos conteúdos acadêmicos, incluindo também os problemas metodológicos, pessoais e sociais que, continuamente, se entrelaçam com as situações de ensino.

Temos clareza de que, um dos desafios do professor consiste em aprimorar incessantemente o seu “ser profissional”, educando-se a cada dia para exercer com sabedoria a sua profissão, num propósito de alcançar níveis mais aprofundados do conhecimento por meio dos estudos, dos diálogos, das discussões e, principalmente, da possibilidade de refletir a própria prática para provocar mudanças significativas no processo ensino aprendizagem.

**Palavras-chave:** Plano de Ações Articuladas – PAR. Formação Continuada. Educação de Jovens e Adultos.

## REFERÊNCIAS

BELLO, Isabel Melero. **O Plano de Ações Articuladas como Estratégia Organizacional dos Sistemas Públicos de Ensino:** avanços, limites e possibilidades. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0234.pdf>. Acesso em: 25 de mai de 2015

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação. Razões, Princípios e Programas.** Brasília, DF, MEC, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto Lei nº 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Imprensa Nacional, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB nº23/2008, que institui **Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA.**



# XII COLÓQUIO NACIONAL E V COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO



26 A 29 DE SETEMBRO DE 2017

ISSN: 2175-5493

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=290630>. Acessado em: 11/01\2013

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

NÓVOA, Antônio (Org.). **Os professores e a sua formação**. 2ed. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1995.